



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

CONSULTA PRÉVIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDO GEOLÓGICO E GEOTÉCNICO DA ESTRADA DO PAIOL EM SINES.

Processo nº 2020/300.10.005/519

ANEXO I

[Para cumprimento da a alínea a) do ponto 12 do Convite]

1 – Pedro Amílcar Rodrigues Couceiro, portador do Cartão de Cidadão número 08737810, residente na Rua Abel Manta, 34, 2º Esquerdo, 2780-174 Oeiras e José Alberto Rebelo Gaspar Roma, portador do Cartão de Cidadão número 09549739, residente na Rua Cidade de Faro, 24, 2725-006 Algueirão-Mem Martins na qualidade de representantes legais da Betoteste – Gabinete de Estudos de Geotecnia, Lda, com sede no Núcleo Empresarial da Venda do Pinheiro, Zona Norte, Rua D, Pavilhão 70, 2665-601 Venda do Pinheiro, colectiva nº 503502928, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra sob o n.º 3785, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Aquisição de serviços para elaboração de estudo geológico e geotécnico da estrada do Paiol, em Sines. Processo nº 2020/300.10.005/519”** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo

- a) Anexo II: Atributos da Proposta;
- b) Mapa de Quantidades.

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b),d), e) e h) do nº1 do artigo 55º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem



prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Venda do Pinheiro, 24 de Agosto de 2020

